

**UCAM-UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**  
**MARIA LEONOR MENEZES RIBEIRO**

**JUDICIÁRIO BRASILEIRO - SOLUÇÃO PARA O ACÚMULO DE  
PROCESSOS - ACESSO À JUSTIÇA - MODERNIZAÇÃO E EFICÁCIA -  
MEIOS ALTERNATIVOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**BRASÍLIA-DF**  
**30 DE JULHO DE 2015**

**UCAM-UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**  
**MARIA LEONOR MENEZES RIBEIRO**

**JUDICIÁRIO BRASILEIRO - SOLUÇÃO PARA O ACÚMULO DE  
PROCESSOS - ACESSO À JUSTIÇA - MODERNIZAÇÃO E EFICÁCIA -  
MEIOS ALTERNATIVOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Artigo Científico encaminhado à  
Universidade Candido Mendes – UCAM,  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Especialista em Direito Processual  
Civil.

**BRASÍLIA - DF**  
**30 DE JULHO DE 2015**

# **JUDICIÁRIO BRASILEIRO - SOLUÇÃO PARA O ACÚMULO DE PROCESSOS - ACESSO À JUSTIÇA - MODERNIZAÇÃO E EFICÁCIA - MEIOS ALTERNATIVOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**Maria Leonor Menezes Ribeiro<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O presente estudo tem por tema o processo, que é o principal instrumento do Estado para o exercício da jurisdição, que visa compor o conflito de interesses. Nesse aspecto, a morosidade processual traz consigo a sensação de desamparo naqueles que buscam o reconhecimento de direitos utilizando-se do Judiciário brasileiro, visto que seus resultados tardios pouco socorrem àqueles que o procuram. Assim, o princípio da brevidade processual tem *status* constitucional garantindo o acesso à justiça como direito social de todos, sendo inconcebível que tal direito seja exercido de forma intempestiva. Este artigo tem por objetivo discorrer sobre a crise no Judiciário brasileiro, tratando especialmente do problema da morosidade processual, bem como apresentar alternativas para o acúmulo de processos. Realizou-se pesquisa bibliográfica considerando as contribuições de renomados autores e juristas, quanto ao assunto aqui analisado. Pode-se concluir que a efetividade do processo é um direito constitucional que deve estar ao alcance de todos os brasileiros de forma tempestiva e eficaz.

**Palavras-chave:** Acesso. Justiça. Tempestiva. Direito. Constitucional.

## **Introdução**

O presente estudo tem por tema a morosidade processual no Judiciário brasileiro, suas causas e possíveis soluções para um tema de extrema importância para a obtenção do reconhecimento de direitos e resolução de conflitos no âmbito da justiça brasileira.

---

1

Maria Leonor Menezes Ribeiro, filha de Deusdedit de Souza Ribeiro e Maria dos Anjos Menezes Ribeiro é formada em Direito pela Associação de Ensino Unificado de Brasília-AEUDF. Aluna do curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil na UCAMPROMINAS - Universidade Cândido Mendes. Coursou Aperfeiçoamento em Redação e Revisão de Textos-Extensão em Letras na Universidade de Brasília – UnB. Coursou Mediação e Arbitragem à distância, na Fundação Getúlio Vargas – FGV. Coursou Harvard Manage Mentor Gestão.com (por meio do STJ). Coursou Treinamento Modular Sequencial no STJ. Participou de seminários de Arbitragem Nacional e Arbitragem em âmbito internacional, cursos de aperfeiçoamento e treinamentos na modalidade gerencial. Coursou Sentença Estrangeira Contestada. Trabalha no Superior Tribunal de Justiça como Analista Judiciário onde exerceu, dentre outros cargos, Assessoria Administrativa no Gabinete do Ministro Diretor da Revista do Superior Tribunal de Justiça, nas gestões dos Senhores Ministros Nilson Naves, Eduardo Ribeiro e Edson Vidigal. Exerceu Assessoria Jurídica junto aos Gabinetes dos Senhores Ministros Hélio Mosimann e Antônio de Pádua Ribeiro. Foi Chefe de Gabinete do Senhor Ministro Jorge Mussi. Trabalhou na Seção de Apoio e Julgamento da Corte Especial e, atualmente, trabalha no Gabinete do Senhor Ministro Sebastião Reis Júnior.

Nesta perspectiva, construíram-se questões que nortearam este trabalho:

- Quais os princípios constitucionais do processo;
- Quais as características da crise no Judiciário brasileiro, especialmente o problema da morosidade processual;
- Quais as alternativas para o acúmulo de processos.

A relevância do referido tema se traduz no fato de que tal assunto tem sido debatido em vários âmbitos da sociedade brasileira, sendo de fundamental importância que a efetividade do processo alcance a todos os brasileiros de forma tempestiva e eficaz.

O Direito Processual Civil tem por objeto o processo, como o principal instrumento do Estado para o exercício da jurisdição, que visa compor o conflito de interesses. A celeridade processual, nesse sentido, garantirá que os conflitos sejam resolvidos de forma tempestiva, garantindo o objeto pretendido na ação judicial proposta. Desse modo, a morosidade processual pode resultar no fracasso da pretensão e na ineficácia dos resultados produzidos.

Neste contexto, o objetivo primordial deste estudo é discorrer sobre a morosidade processual no Judiciário Brasileiro. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica, realizada através de obras de renomados autores, artigos, periódicos e sites especializados.

O texto final foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como Lemke (2014), Cappelletti e Garth (1988), Arruda (2007), Pierpaolo Cruz Bottini (2006), Dallari (1996), Venosa (2012), dentre outros.

## **DESENVOLVIMENTO**

O artigo 2º da Lei 9.099, de 1995 determina que o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível, a conciliação ou a transação. Nesse sentido, conforme bem ponderam Cappelletti e Garth (1988,

p.20), “uma justiça que não cumpre suas funções em um prazo razoável é, para muitas pessoas, uma Justiça inacessível”. Para que o Estado exerça a sua função jurisdicional, ante o caráter inerte desta (*nemo iudex sine actore*), faz-se mister a provocação do ente estatal, o que se dá através da ação.

Entende Arruda (2007) que, ao ter proibido a autotutela dos conflitos privados, o Estado não só se obrigou a prestar a tutela jurisdicional a cada conflito de interesses, mas a prestá-la de forma adequada, tempestiva e eficaz. Sendo que a inexistência desta tutela (adequada, tempestiva e eficaz) significa a própria negação do exercício desse poder, dever e função a que o Estado se obrigou no momento em que chamou a si o monopólio da jurisdição.

Pode-se dizer, em resumo, que no papel de detentor do monopólio da Jurisdição e em atenção ao princípio do Estado de Direito, compete ao Estado organizar um sistema judicial amplamente acessível à população e apto à prestação da tutela efetiva. Por efetividade da tutela, compreenda-se também uma prestação jurisdicional em tempo útil, uma prestação judicial temporalmente eficaz. (ARRUDA, 2007, p. 95).

Como bem assevera Marinoni (1999), quando da análise do inciso XXXV, do artigo 5º, da Constituição da República:

Faz surgir a ideia de que essa norma constitucional garante não só o direito de ação, mas a possibilidade de um acesso efetivo à justiça e, assim, um direito à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva”. “Não teria cabimento entender, com efeito, que a Constituição da República garante ao cidadão que pode afirmar uma lesão ou ameaça a direito apenas e tão-somente uma resposta, independentemente e ser ela efetiva e tempestiva. (MARINONI, 1999, p.314).

Afirma Cappelletti (1994, p.125) que, “a efetividade do processo é, assim, o grau de eficácia que o mesmo possui para fins de atingimento da paz social”.

Conforme Cappelletti e Garth (1988) a expressão ‘acesso à justiça’ é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico:

O sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individualmente e justos. (CAPPELLETTI e GARTH, 1988, p.08).

Para os autores a ideia de acesso à justiça evoluiu paralelamente à passagem da concepção liberal para a concepção social do Estado moderno. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretende garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.

Não obstante, existem muitos impedimentos para se ter acesso à justiça de forma factual: custos elevados, perda de tempo em uma ação; baixo nível de noções jurídicas básicas. Contestações não sendo uma exclusividade, porém incluindo a necessidade de em algumas ocorrências, protocolar ação reivindicatória com vistas a demandar direitos não tradicionais, pedantismo, constrangimento ambiental, complicações processuais, sem citar ocasionais escabrosidades.

A evolução do conceito de direito de ação, Segundo Santos (2003) é que:

O acesso à justiça previsto constitucionalmente também passou a ser concebido de forma mais ampla, hoje sendo reconhecido como o direito “cuja denegação acarretaria a de todos os demais”, os quais, “uma vez destituídos de mecanismos que fizessem impor o seu respeito (...) passariam a meras declarações políticas, de conteúdo e função mistificadoras”. (SANTOS, 2003, p.167).

Armando Castelar Pinheiro (2001) ao analisar a questão da morosidade da justiça e suas implicações com a economia, assevera que:

O Judiciário brasileiro é uma instituição com problemas sérios. De fato, a despeito do grande aumento dos gastos públicos com a justiça, esta permanece lenta e distante da grande maioria da população. Em parte isso se explica pelo também vertiginoso crescimento da demanda por serviços judiciais, o que faz com que os juízes brasileiros continuem obrigados a julgar milhares de processos todo ano. Neste contexto, inovações bem-sucedidas como os

Juizados Especiais, têm sido incapazes de reverter endogenamente a precária situação em que vive o Judiciário. Nas palavras do presidente do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, “É consensual no Brasil a necessidade de uma reforma no Poder Judiciário, única das funções estatais que não absorveu as tecnologias disponíveis e que vem se caracterizando por inadmissível lentidão”.

Pierpaolo Cruz Bottini (2006, p.219) entende a crise do Judiciário como o somatório da legislação processual com o excesso de demandas e a gestão administrativa, “pois o sistema de administração do Judiciário ainda padece da falta de modernização, de informatização e de racionalidade”.

Em se tratando de direito criminal, o cenário é muito mais suscetível quando se busca acesso à justiça, se aliado a isso, formos contabilizar a enormidade de casos, onde presos encarcerados, que já deveriam está em liberdade, o são, na maioria das vezes, por falta de acesso a uma defensoria pública sequer.

A ideia de crise do Judiciário está ligada a um desequilíbrio entre o aumento do número de demandas ajuizadas e o número de julgamentos proferidos. A falta de agilidade do Sistema Judiciário, além de gerar incerteza no cenário econômico, descrédito social, também leva insegurança à população, em razão da sensação de impunidade em relação à pena aplicada aos criminosos.

Segundo notícia constante do site do Conselho Nacional de Justiça no dia 15.10.2013, o relatório da pesquisa Justiça em números 2013, divulgado nesse mesmo dia, revela que o número de processos em trâmite no Judiciário brasileiro cresceu 10,6% nos últimos quatro anos e chegou a 92,2 milhões de ações em tramitação em 2012<sup>2</sup>. Há, ainda, notícia do dia 15.10.2013 no site do Superior Tribunal de Justiça de que, “Mesmo com aumento de 51% na produtividade, acúmulo de processos no STJ cresce o dobro do Judiciário”.<sup>3</sup>

---

2

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Número de processos em trâmite no Judiciário cresce 10% em quatro anos. Brasília, 15 out. 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/>>

<sup>3</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Mesmo com aumento de 51% na produtividade, acúmulo de processos no STJ cresce o dobro do Judiciário. Brasília, 15 out. 2013. Disponível

Com o advento da Constituição Federal de 1988, modificações ocorreram no STF para fins de não sobrecarregar a Corte Suprema, sendo que a principal foi a criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cuja atribuição seria a de “guardião” da Legislação Federal, deixando ao STF a atribuição de proteção da esfera constitucional. A Carta Magna, contudo, deixou de consagrar o polêmico requisito da arguição da relevância para os recursos extraordinários.

Sem embargo, o endemismo é crítico, ainda que não seja uma exclusividade do Supremo Tribunal Federal, posto que em pouco tempo, já havia se irradiado às estações representativas do Poder Judiciário, corroborando com a ideia de uma crise generalizada, assolando todas as instâncias judiciárias do País.

Se por um lado a crescente judicialização ou o ativismo judicial despertado na sociedade brasileira com a promulgação da Constituição Federal de 1988 demonstra a maturidade e conscientização do povo no exercício de sua cidadania, por outro apresenta as consequências severas do inchaço do Poder Judiciário com o excesso de demandas, prejudicando a adequada prestação jurisdicional.

Registros estatísticos demonstram que antes da publicação da CF/88 o número de processos em tramitação era de aproximadamente 350 mil, enquanto nos dias atuais temos algo em torno de 100 milhões de ações. Considerando que o número total de magistrados no Brasil é de 16500, absurdamente inferior ao número de litígios, e que somado a essa carência de magistrados ainda deparamos com a falta de recursos e precariedade das instalações nas instâncias judiciárias por todo o País, estamos diante de um quadro crítico, de um trabalho hercúleo, gigantesco, desumano mesmo, para os magistrados em geral e servidores do Poder Judiciário.

Sadek (2004) comenta que “cura” para a crise no Judiciário não decorreria simplesmente de uma solução pragmática com vistas a reduzir de



forma drástica o número de recursos julgados, principalmente nos Tribunais Superiores, mas de uma tentativa de lançar um olhar mais amplo sobre a questão.

Isso porque a sobrecarga no sistema decorre de uma litigiosidade que começa desde a primeira instância e apenas segue seu curso normal. Assim, as causas da “crise” estariam no aumento demográfico ou no processo de industrialização e urbanização brasileiro. (SADEK, 2004, p.11).

São muitos os problemas do processo civil brasileiro, provocados por fatores complexos, cujo estudo e classificação talvez se constituam em tarefa irrealizável. Verifica-se que uma das causas do aumento do número de processos foi a abertura da legitimação, ativa para a ação direta de inconstitucionalidade em diversas instâncias, não apenas da União e dos Estados, mas também da sociedade civil, como diz o ministro Sepúlveda Pertence:

Com isso, passados apenas poucos anos da vigência da Constituição de 1988, acarretou um número de mil e quinhentas ações diretas, mais do que todas as representações de inconstitucionalidade nas quatro décadas que vão de 1946 a 1988; dois terços dessas mil e quinhentas ações diretas de inconstitucionalidade partem de entidades não governamentais.<sup>4</sup>

Entende Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, na sua obra “Do Formalismo no Processo Civil” que as formalidades foram instituídas no Processo Civil para fins de se evitar a arbitrariedade estatal e se instituir um equilíbrio entre as partes.

Conquanto, na ânsia de se instaurar um marco ao poder do Estado e consequente equiparação entre as partes, culminou-se por instituir no Brasil e em outros ordenamentos, um estado de formalismo excessivamente burocrático, que privilegia postulados como o Duplo Grau de Jurisdição, a

---

4

Min. Sepúlveda Pertence em entrevista concedida a Revista Consulex, n.º 16, Ano II. Vol. I. 1998.

Ampla Defesa e o Contraditório, em agravo de outros, a saber: a Eficácia, a Celeridade e Adequação da tutela Jurisdicional.

O formalismo atua, portanto, de um lado como garantia de liberdade do cidadão em face do eventual arbítrio dos órgãos exercentes do poder do Estado, e de outro como anteparo aos excessos de uma parte em relação à outra, vale dizer, buscando o equilíbrio formal entre os contendores. (OLIVEIRA, 1997, p.217).

O Código de Processo Civil admite uma série de recursos que são tidos por advogados e juízes como meramente protelatórios. Institutos como a perempção, por exemplo, nem ocorrem na vida diária dos tribunais, mas constam no CPC, como mero instituto para constar de provas de concursos públicos das carreiras jurídicas.

O jurista Dalmo de Abreu Dallari, em sua obra O Poder dos Juizes, São Paulo: Saraiva 1996, págs. 156-157, nos relata que em muitos lugares há juízes trabalhando em condições incompatíveis com a responsabilidade social da magistratura. A deficiência material vai desde as instalações físicas precárias até as obsoletas organizações dos feitos: o arcaico papelório dos autos, os fichários datilografados ou até manuscritos, os inúmeros vaivéns dos autos, numa infundável prática burocrática de acúmulo de documentos.

Já os fatores de ordem subjetiva podem ser classificados como os que advêm do despreparo técnico e intelectual dos magistrados, descumprimento por estes dos prazos (impróprios) que lhes são impostos, em total desprezo ao papel social que desempenham (CRUZ e TUCCI, 2004, p. 102/104).

O costume da sociedade de sempre buscar o Poder Judiciário em primeiro lugar também possui o seu peso. Sílvio de Salvo Venosa (2012) utiliza o direito comparado informando que, no direito chinês, antes de se chegar a um processo judicial, tentam-se todas as formas de conciliação, pois existem muitos grupos sociais dispostos a conciliar os antagonistas, como os municípios e as próprias famílias.

Mesmo quando já se conseguiu uma decisão favorável em Juízo, reluta-se em executá-la; quando executada, procede-se de forma que prejudique o adversário o mínimo possível. Esses são os

pensamentos tradicionais chineses, de acordo com a doutrina de Confúcio, tão distantes de nosso entendimento ocidental. (VENOSA, 2012, p.70).

Já afirmava Ruy Barbosa, que “Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”. Nesse sentido, Francesco Carnelutti (1958) afirma que a tutela intempestiva do direito muitas vezes impõe o próprio perecimento deste, constituindo a demora em um verdadeiro ônus à parte mais fraca, sendo o tempo um inimigo do processo, contra o qual todos, partes e estado, devem lutar de forma obstinada.

Outro grande problema é percebido quando da ausência de manifestação do Poder Legislativo, que deveria elaborar leis que regulassem a vida em sociedade, por ser essa a função social deste Poder, mas que não é cumprida. Esse não cumprimento gera uma série de questões problemáticas as quais precisamos analisar e tomar a devida ciência, para buscar a solução.

Como bem pondera Kelsen (1994) o Poder Judiciário passa a ser mais desvalorizado pela sociedade a cada dia, seja por ser, para muitos, como a mera boca da lei, como também por ser um poder moroso. É imperativo, que tal lentidão, advinda da má gestão do Poder Legislativo, venha a ser duramente combatida e eliminada para que o próprio sistema Judiciário torne-se mais uma vez, a ser a referencia de força e poder que ele sempre teve, como um dos pilares de uma nação.

A fim de se combater a lentidão processual e ainda, o descompasso muitas vezes encontrado entre a lei e a realidade fática, muitos doutrinadores têm se ocupado dos mecanismos aptos a tanto, que podem ser sintetizados, conforme ensinamentos de Cruz e Tucci (2004), em: a) mecanismos endoprocessuais de repressão à chicana; b) mecanismos de aceleração do processo; e c) mecanismos (jurisdicionais) de controle externo da lentidão.

Artigo publicado em 28/02/2014, pela Revista de Doutrina do TRF da 4ª Região, assinado pela Juíza Federal Gisele Lemke, intitulado “O congestionamento do Poder Judiciário: um breve estudo sob o ponto de vista

da demanda dos serviços judiciais”<sup>5</sup> traz interessante ponto de vista exarado pela referida Juíza quando afirma que em geral, as soluções propostas para dar maior celeridade ao processo, tratam da deficiência da estrutura judicial (poucos juízes, poucos servidores, informatização deficiente, entre outros), do grande número de recursos existentes no processo civil brasileiro e da necessidade de implementação pelo Poder Judiciário de métodos modernos de gestão, inclusive para a gestão de processos. Tem-se buscado a solução para o problema também nas ações coletivas e na sumarização dos procedimentos (vide Juizados Especiais).

Afirma Lemke (2014) que, embora tais discussões sejam todas relevantes, elas, por si sós, não parecem suficientes para resolver o problema. Quanto à estrutura do Poder Judiciário, aquela que seria necessária para que realmente se atingisse a duração razoável do processo, dado o grande número de processos em tramitação no Poder Judiciário brasileiro, seria por demais onerosa.

No que se refere aos recursos, Lemke assegura ter havido diversas alterações das normas processuais para a redução de seu quantitativo, assim como, para a redução do acesso às instâncias superiores do Poder Judiciário. A gestão do Poder Judiciário como um todo, também tem sido melhorada, sobretudo desde a instalação do Conselho Nacional de Justiça.

A Juíza prossegue esclarecendo que se têm estudado bastante os meios alternativos de resolução de conflitos (arbitragem, mediação, conciliação), questões que, em que pese o reconhecimento de sua grande importância, não se pretende abordar neste espaço, porque já há diversos estudos recentes sobre o tema na doutrina brasileira.

Quanto à assistência judiciária gratuita, pode-se entender que tal fato relaciona-se com o número abusivo de ações judiciais que ingressam todos os dias na 1ª instância do Poder Judiciário. Nesse sentido, Fábio Tenenblat (2011, p.26) comenta que, com efeito, os estudos da corrente chamada *Law*

---

5

[http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao058/Gisele\\_Lemke.html](http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao058/Gisele_Lemke.html)

*and Economics*, que pesquisa as relações entre o Direito e a Economia, chamam a atenção para o fato de que é característica do comportamento humano a “ponderação entre custos e benefícios no momento de se tomar uma decisão, com vistas à obtenção dos maiores ganhos possíveis”, comportamento esse que não é diferente nas relações processuais.

Afirma Lemke (2014) que é preciso, pois, garantir o acesso ao Poder Judiciário de forma gratuita para os realmente necessitados, porém sem possibilitar que essa gratuidade se transforme em um meio para se litigar sem ônus. Outro instituto jurídico cuja natureza deve ser repensada pelo Poder Judiciário é o do interesse de agir, condição da ação representada, em síntese, pelo binômio necessidade/utilidade da tutela jurisdicional e cuja interpretação, excessivamente ampla, deve ser revista. Comenta Lemke (2014) que, nesse diapasão, há que se repensar igualmente a proposta de inteira gratuidade dos Juizados Especiais, ainda que somente na 1ª instância.

Além disso, comenta Lemke (2014), é preciso que se passe (ou se volte) a considerar como inseridos no interesse processual, a exigência do esgotamento da via administrativa e mesmo a necessidade de uma prévia utilização de outros meios de resolução da demanda, como a mediação; que vem sendo muito estimulada pelo Conselho Nacional de Justiça. Quanto à estabilidade da jurisprudência comenta Lemke (2014) que é de vital importância para a redução do número de processos em tramitação no Poder Judiciário. Deve-se ter uma jurisprudência estável, em que as decisões dos Tribunais superiores sejam alteradas somente em casos excepcionais, sendo, como regra, vinculantes para os membros do próprio Tribunal, assim como para as instâncias inferiores do Poder Judiciário.

## **CONCLUSÃO**

Muitos motivos são levantados para explicar-se a morosidade processual, que vão desde a falta de servidores, magistrados, materiais e equipamentos para uma devida prestação jurisdicional, até à amplitude do

inciso XXXV do artigo 5º da CF 88 que determina que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito”, garantia constitucional que sobrecarrega o Poder de todo o tipo de ação reivindicatória de tais tipos e, principalmente, a uma cultura voltada para o litígio.

Vimos que a população foi instrumentalizada para litigar sem um devido planejamento global com visão prévia do crescimento absurdo de demandas judiciais que pudesse substituí-las pela solução amigável dos conflitos e sem o prejuízo do princípio constitucional do livre acesso à Justiça.

O Código de Processo Civil recentemente aprovado pelo Senado Federal e que entra em vigor a partir de 2016 corrigirá algumas distorções e preencherá algumas lacunas no sentido de promover, estimular e regulamentar entre todos os operadores do Direito, a conciliação, prevenindo, sempre que possível, a instauração de novos litígios.

Constatamos assim, que caminhamos em direção à redução da judicialização, contando com o comprometimento dos profissionais do Direito no exercício de sua função social, que é, primeiramente, tentar conciliar as partes, buscar acordos e evitar destarte demandas judiciais que abarrotam o Poder Judiciário e prejudicam a celeridade e a qualidade de suas decisões.

Nesse sentido, o presente estudo procurou discorrer sobre o assunto, apresentando a opinião de juristas, quanto às possíveis soluções para fins de sanar ou pelo menos amenizar a questão da morosidade processual no Judiciário brasileiro.

Ressalte-se que o trabalho aqui desenvolvido não tem a pretensão de exaurir um tema tão complexo e profundo, mas prestar colaboração para fins de colher mais informações sobre um problema que afetou, afeta ou afetará a vida do brasileiro, em algum momento.

Do mesmo modo, apresentaram-se algumas possíveis soluções para tal problema, visto que o resultado do processo deve permitir ao vencedor, o pleno gozo da utilidade específica assegurada pelo ordenamento e, esses resultados devem ser atingidos com um mínimo dispêndio de tempo e de energia processual.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARRUDA, Samuel Miranda. *Drogas: aspectos penais e processuais penais (Lei nº 11.343/06)*. São Paulo: Método, 2007.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Capítulo 10 - *A reforma do Judiciário: aspectos relevantes*. Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança. Brasília – DF: Ministério da Justiça, 2006.

CAPPELLETTI, Mauro. *Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça*. Revista Forense n. 326, Rio de Janeiro: Forense, abril/maio de 1994.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998. 168 p. Ellen Gracie Northfleet.

CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo*. Napoli, Morano, 1958.

CRUZ e TUCCI, J.R. *Precedente judicial como fonte de direito*. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juízes*, Editora Saraiva, São Paulo, 1996.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 4º Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEMKE, Gisele. O congestionamento do Poder Judiciário: um breve estudo sob o ponto de vista da demanda dos serviços judiciais. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n.58, fev. 2014. Disponível em: [http://www.revistadoutrina.trf4.jus./artigos/edicao058/Gisele\\_Lemke.html](http://www.revistadoutrina.trf4.jus./artigos/edicao058/Gisele_Lemke.html). Acesso em 28 jan.2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença*. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

OLIVEIRA, C.A.A.de. *Do formalismo no processo civil*. 2ª ed. Saraiva, São Paulo, 1997.

PINHEIRO, Armando Castelar. *Economia e Justiça: Conceitos e Evidência Empírica*, [S. l], 2001. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/biblioteca/Economia\\_e\\_justica\\_Conceitos\\_e\\_evidencia\\_empirica.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/Economia_e_justica_Conceitos_e_evidencia_empirica.pdf)>.

SADEK, Maria Thereza Aina. *Poder Judiciário: perspectivas de reforma*. Opinião pública. Campinas. v. X. n. 1. mai./2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TENENBLAT, Fabio. *Limitar o acesso ao Poder Judiciário para ampliar o acesso à Justiça*. 2011.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil - Parte Geral*. Vol. 1º, 12º ed., Atlas, 2012.